

RECÔNCAVO BAIANO E A PRODUÇÃO LOUCEIRA COLONIAL E PÓS-COLONIAL, BAHIA

RECÔNCAVO OF BAHIA E AND THE COLONIAL AND POST COLONIAL PRODUCTION POTTERY, BAHIA

Carlos Alberto Etchevarne¹

etchevarnebahia@gmail.com / <https://orcid.org/0000-0003-2817-5788>

89

RESUMO

No artigo presente são apresentados uma série de dados históricos sobre a produção de objetos cerâmicos de tecnologia portuguesa. Eles ajudam a compreender o alcance da distribuição de artefatos cerâmicos na Bahia e em outras partes do Brasil e que ainda são produzidos, na localidade de Maragogipinho. Trata-se de uma vasta produção que correspondia a uma economia paralela, com pouca ou nenhuma fiscalização, mas que nunca chegou a proporcionar benefícios suficiente para enriquecer seus produtores. Fragmentos dessa produção do Recôncavo da Bahia, foram encontrados em vários sítios arqueológicos coloniais e pós-coloniais.

Palavras chave: Cerâmica colonial Bahia; Maragogipinho; Jaguaripe.

¹ Departamento de Antropologia, FFCH/UFBA.

ABSTRACT

This article presents a series of historical data on the production of ceramic objects using Portuguese technology. They help to understand the range of distribution of ceramic artifacts in Bahia and other parts of Brazil that are still produced in Maragogipinho. It is a vast production that corresponded to a parallel economy, with little or no supervision, but which never managed to provide enough benefits to enrich its producers. Fragments of this production from the Recôncavo da Bahia were found in various colonial and post-colonial archaeological sites.

Key words: Pottery ceramics Bahia; Maragogipinho; Jaguaripe.

CONTEXTO DAS LOUÇAS EM ÂMBITO DOMÉSTICO

A manufatura cerâmica teve um papel de importância vital no mundo colonial e, ainda, durante o pós-colonial, já que era responsável de grande parte dos equipamentos necessários às atividades mais elementares da vida cotidiana. De fato, toda unidade familiar devia dispor de um conjunto básico de utensílios que permitissem a transformação de vegetais e de animais em alimento e o seu consumo de forma individual ou coletiva. Panelas, frigideiras, caçoilas alguidares, travessas, pratos, tigelas, chávenas, xícaras, cumbucas, canecas, jarras, entre muitos outros formavam parte de uma parafernália fundamental nas casas coloniais e pós-coloniais. Também era de natureza cerâmica a maioria dos objetos que comportasse a conservação e estocagem de alguns produtos, assim como aqueles que facilitassem a higiene pessoal e a do ambiente doméstico, a casa e os espaços circundantes.

Por outro lado, deve ser considerado que muitos objetos cerâmicos correspondiam a práticas sociais generalizadas, como as religiosas da fé católica, formados por pequenas bacias para conter água benta ou jarras de flores para enfeitar altares caseiros. Mas, os grupos de africanos e afrodescendentes, que constituíam a maioria da população baiana, tinham também objetos de culto de natureza cerâmica, para múltiplas funções ritualísticas, como os alguidares e quartinhas, por exemplo, empregados em atos rituais no âmbito doméstico ou nos locais específicos para cerimônias.

A cerâmica não se limitava ao ambiente familiar, estendia-se a outros espaços. Por exemplo, alguns utensílios, como as alpiotas, ajudavam no cultivo artesanal de plantas, especificamente daquelas dos hortos como as fruteiras, criando uma barreira física para proteger as árvores e os arbustos do

flagelo das formigas. No período colonial, em que o cultivo de pomares ou de quintais nos fundos das casas era frequente, os instrumentos ou métodos simples para combater as pragas consistiam em amarrar os vasos cerâmicos de plantas ou arbustos, com tiras de tecido ou algodão embetumadas e, no caso das árvores frutais plantadas no solo, na colocação de alpiotas em torno do tronco².

Já no mundo rural, alguns instrumentos essenciais para a produção de açúcar em grande escala eram confeccionados, pelo menos até a primeira metade do século XIX, em matéria cerâmica: as formas de pão de açúcar, onde se cristalizava o caldo de cana. No começo da colonização portuguesa na Bahia, elas foram importadas da região de Aveiro, grande centro produtor destes objetos³. Mas logo foram substituídas por outras de confecção local, isto é, dos próprios engenhos, havendo pessoas específicas para atender essa demanda, conforme aponta, para finais do século XVII e início do XVIII, o padre jesuíta João André Antonil, na sua obra *Cultura e Opulência do Brasil* (Antonil, 1982:127-30).

Mas de todas as finalidades que a cerâmica poderia ter, nenhuma era de tamanha importância como a de cumprir a função de ser reservatório de água. Potes, talhas, bilhas, quartinhas, moringas e outros tipos de contentores eram preciosos na medida que deles dependia a reserva de água que estaria à disposição em um espaço familiar. O transporte e distribuição desde as fontes, espalhadas nas cidades, ou dos poços captadores de napas e águas pluviais domiciliares, eram os objetos cerâmicos de vários tamanhos que serviam à população, de qualquer classe social que fosse.

Desta forma, fica explicitado que os artefatos feitos em cerâmica, não importa o tipo, a procedência e a modalidade de confecção, estavam entre os objetos de primeira necessidade, antepondo-se aos de outras naturezas como os de metal (ferro, cobre e bronze), de madeira ou de vidro.

² Em uma Postura da Câmara de Salvador do início do final do século XVII, em que se taxam os produtos de cerâmica, é mencionado um “testo de defender formigas” Fundação Gregório de Matos. Câmara Municipal. Col. Posturas. Doc. 119.2

³ As formas de pão de açúcar encontradas no Engenho de Itacimirim, Porto Seguro, datadas pelas duas primeiras décadas do século XVI, têm suas origens em Aveiro, a essa altura centro produtor e distribuidor desses artefatos. (Etchevarne, C.: 2000)

A cerâmica no período colonial e no pós-colonial de uso cotidiano compreende dois grandes grupos, ambos com igual peso em importância funcional. Aqueles que correspondiam à uma produção de tecnologia de tradição portuguesa, com utilização de torno (manual ou pedal), e de forno (câmara com alta temperatura), e a que se vinculava diretamente com a manufatura de tradição indígena e também africana, isto é, confeccionada com as técnicas de roletado e modelado, e em que se usou a queima, com fogueiras a céu aberto.

Mas, não somente os processos de fabricação e os instrumentos de trabalho são diferentes. A organização do trabalho também diverge substancialmente. Em quanto a produção de tradição portuguesa é domínio masculino, em todas as etapas⁴, na cerâmica de tecnologia de tradição indígena são unicamente mulheres que executam todo o trabalho de confecção. Na fabricação das cerâmicas de torno e forno parecem se repetir os padrões das corporações de ofícios que surgiram e consolidaram em período medieval, na Europa, compostas somente por artesãos homens⁵. A atividade ceramista, pelo menos no âmbito do Mediterrâneo, era reservada exclusivamente aos homens e essa modalidade produtiva é repetida, via colonização portuguesa, nas olarias que ainda hoje existem no Recôncavo da Bahia, em Maragogipinho, sobre o rio Jaguaripe e seus afluentes, como será exposto mais adiante (figuras 1,2,3,4 e 5).

92

Na cerâmica de tradição indígena, por sua vez, confeccionada por modelagem e roletes, e queimada em fogueiras a céu aberto, toda tarefa era de responsabilidade feminina, conservando-se com esse modelo de produção na atualidade, em algumas localidades, como Coqueiros, sobre o rio Paraguaçu, também no Recôncavo da Bahia (Etchevarne, 2003). De fato, nesse povoado, mantém-se uma produção de pratos, panelas, travessas e cumbucas, voltada, principalmente, para um

⁴Usam-se aqui os termos “tecnologia de tradição portuguesa” no sentido de expressar uma procedência, mas reconhecendo que essa tradição tecnológica era compartilhada pelos demais países europeus. Assim entendidos, esses termos opõem-se aos de “tecnologia indígena” que também são aplicados em sentido largo, englobando um conjunto de numerosos grupos étnicos de populações originais e até as africanas

⁴ As mulheres só tinham participação no momento de branhido de algumas peças e de certas decorações pintadas realizadas nas próprias oficinas ou fora delas, nas residências dos artesãos.

⁵ Deve ser ressaltado que desde as primeiras representações gráficas de atividades ceramistas, nos vasilhames áticos de figuras pretas, século V aC e de figuras vermelhas, do século IV aC em diante, são identificadas figuras masculinas que executam os artefatos, modelando o barro, usando torno e o forno. Igualmente são só homens que gravaram seus nomes, como assinatura, seja como construtor do vasilhame, seja como pintor das imagens deles.

mercado de demanda permanente constituído pelos restaurantes típicos de Salvador e de algumas outras cidades litorâneas baianas.

Com o exposto acima, confirma-se que a divisão do trabalho por gênero é um aspecto importante vinculado a tradições tecnológicas diferentes, a portuguesa e a indígena, que conviveram e se conservaram nos territórios banhados pela baía de Todos os Santos, formando conjuntos que não se excluía, em termos de funcionalidade, antes se complementavam, ocupando espaços específicos nas residências, tanto no âmbito urbano como no rural. Hoje, ambas produções, claramente ressignificadas, mantêm-se vigentes, com certas adequações que as circunstâncias históricas foram lhes impondo.

Durante os trabalhos de escavações realizados no âmbito da atual praça da Sé de Salvador, entre os anos 1998 e 2001, evidenciou-se, entre os mais variados vestígios, um conjunto de fragmentos cerâmicos correspondentes a diversos vasilhames de utilização doméstica, composta essencialmente de contentores de água (talhas, porões, moringas) e outros para preparação de alimentos, vidradas internamente (panelas, frigideiras e caçoilas, entre outras). Em cada um dos tipos, os exemplares eram bastante semelhantes e repetidos, sugerindo responder a certas produções padronizadas e de grande aceitação e consumo.

Dados históricos sobre a produção louceira do Recôncavo baiano

Até o presente, existe uma lacuna de dados documentais escritos acerca da atividade produtiva ceramista ou sobre a comercialização e circulação dos artefatos cerâmicos na Bahia do século XVI. Somente começam a aparecer documentos oficiais no final do século XVII, com as atas das reuniões da Câmara da Cidade de Salvador. Essa ausência de informação no período inicial, pode ser justificada pela perda geral de documentos em tempos posteriores. De fato, para esses séculos iniciais, muito pouco pode ser encontrado no arquivo Arquivo Histórico do Estado da Bahia e no da Fundação Cultural Gregório de Matos, os mais importantes de Salvador. Mas também, essa ausência poderia estar indicando um certo descuido ou desinteresse no arquivamento dos livros sobre certas atividades econômicas por parte da administração da cidade. Enfim, é lícito pensar que os registros podem ter existido e, por alguma razão, foram perdidos.

As primeiras informações que puderam ser coletadas datam de pouco mais de 100 anos depois de fundada Salvador. Trata-se de uma Postura da Câmara de 1644 atendendo a uma queixa dos vendedores de louça na cidade, que se ressentem das “coimas” (isto é, multas), aplicadas, ao parecer, pela disparidade de preços à venda de cada tipo de recipiente⁶. Aqui é importante ressaltar que são mencionados os “*potes e as quartas*”, grandes e pequenos, com preços estabelecidos, o que demonstra ter havido uma fiscalização do preço e o controle sobre o tamanho e a capacidade de líquido que podiam conter⁷ (AFGM. Coleção Atas da Câmara de Salvador, 1644).

Ademais, esse documento menciona um “livro de taxas”, onde deveriam ficar registrados os novos preços junto aos já tabelados e controlados pela Câmara. A taxa de produtos era destinada a regulamentação das vendas, ou seja, haveria um reconhecimento oficial da intermediação entre produtor e consumidor, por parte de um terceiro, o vendedor. Não obstante, não há nenhuma documentação que possa registrar a própria atividade de produção nem os locais das oficinas.

Mais de cinquenta anos depois, exatamente em 1696, a Câmara de Salvador determina taxas, através de um documento em que são classificados os produtos por certas características físicas e pelos tipos funcionais de recipientes, instituindo, naturalmente, o valor monetário (preços que deviam ser cobrados, obrigatoriamente). São assim determinadas as três classes existentes: a louça vermelha, a louça vidrada e a louça de *cabocollo*, isto é, louça de caboclo, segundo a antiga grafia. Deve ser ressaltada esta última categoria por que é a primeira vez que aparece, na Bahia, essa clara separação de produtos, em que a cerâmica de tradição indígena (ou afro indígena) é referida como elemento de consumo corrente, ao ponto de ter seu preço tabelado pela Câmara, com o mesmo valor das outras duas (AFGM, Fundo Atas da Câmara Municipal de Salvador, Coleção Posturas doc. 119.2).

⁶ AMGM. Coleção Atas da Câmara de Salvador 2º volume (documento datado em 9 de novembro de 1644)

⁷ Em Portugal o controle de pesos e medidas de capacidade era severo. Para entrar em qualquer dos ofícios mecânicos devia-se passar uma rigorosa prova de aptidão. Os oleiros não eram exceção e deviam ser examinados por uma comissão externa para comprovar que a forma, a função e a quantidade de líquido das louças correspondiam àquelas padronizadas pelos agentes da coroa. (CARVALHO, 1921).

Por outro lado, fica explícita a aceitação dessa louça no mercado de Salvador, para alguns recipientes, como os alguidares e panelas. Ou seja, a louça de caboclo tinha seu espaço assegurado junto às outras duas, no âmbito doméstico, especialmente nas cozinhas ou nas chamadas latadas, apêndices das casas onde se processavam os alimentos.

Pode ser deduzido também que, a essa altura do século XVII, essas três categorias classificatórias já estariam consagradas, ao ponto de serem usadas com naturalidade, sem explicação nenhuma do que fossem. Nas atas de Postura da Câmara, um documento posterior, já do início do século XVIII, mantém essa divisão de artefatos cerâmicos e, ainda que não foram achados documentos escritos que provem, cabe pensar que ela continuou vigente por muito tempo. Não há documentação histórica sobre os termos que a designavam, mas a cerâmica “*de caboclo*” continua presente em todos os sítios arqueológicos dos séculos XVIII, XIX e XX, como o da Ladeira da Barroquinha, em Salvador, última área a ser construída, ainda dentro dos limites da cidade antiga. Efetivamente, no sítio dos casarões da Ladeira da Barroquinha, fragmentos cerâmicos correspondentes a ambas tecnologias de confecção misturavam-se, apontando para uma utilização contemporânea, mas com usos diferenciados. (Etchevarne; Bezerra; Barbosa; Labanca, 2018).

95

Não são mencionadas para esses dois primeiros séculos as áreas de produção, porém pode se pensar que elas estariam dentro da cidade ou no entorno imediato, se compararmos com o que acontecia em Portugal (Lisboa, Coimbra e Porto). Com tudo, na segunda metade do século XVIII, os documentos já ressaltam a existência de um polo de produção cerâmica na Vila de Jaguaripe, situada no extremo sul da Baía de Todos os Santos, conformando o limite meridional do Recôncavo baiano. A presença de excelentes argilas nas margens dos rios e riachos que drenam para a grande baía, somada à abundância de lenha dos manguezais que cresciam e ainda crescem em nas suas beiras, fizeram de Jaguaripe, uma antiga instalação jesuítica, depois vila, do século XVII, um centro oleiro que irradiava sua produção para todas as povoações do Recôncavo, incluída Salvador. Alguns documentos de arquivos apresentados a continuação, assim o provam.

Em um documento datado de 1758, referente a um requerimento endereçado ao rei, dois moradores de Jaguaripe, José Fagundes de Araújo da Câmara e Manuel Mendes da Paixão, reivindicam o uso público das áreas de barro e manguezais, para funcionamento das olarias de louças, telhas e tijolos.

Contra o posicionamento de alguns proprietários de terrenos que tentam cobrar pelo aproveitamento desses “barros”, os requerentes alegam ser de uso comum consuetudinário “*de cem e duzentos anos*”⁸.

Com essa frase final, em que se referem aos anos de uso, os querelantes evocam um tempo remoto indeterminado como forma de propiciar os seus argumentos nesse confronto. Mas, é importante ressaltar que o documento demonstra a confiança dos requerentes de que se trata de uma causa justa e, entre linhas, deixaram transparentar que a região de Jaguaripe era uma área de antiga e importante atividade econômica e que, por isso, valeria a pena atender essa demanda.

Mas tarde haverá outras solicitações e requerimentos documentados que se prolongam até as primeiras décadas do século XIX. Nessa série de manuscritos, a Vila de Jaguaripe se projeta, com muito destaque, ainda que com essa denominação possa estar se designando uma região maior, com pequenos arraiais oleiros, alinhados às margens do rio Jaguaripe e seus afluentes, rio Aratuípe e rio da Dona. Assim, Jaguaripe funcionaria como centro de acopio regional de artefatos cerâmicos, desde onde seriam enviados para Salvador e daí a outros lugares. Consequentemente, Jaguaripe constituiria o ponto inicial da circulação comercial dentro da colônia e, como veremos adiante, com possibilidades de se dilatar até a própria capital do reino, Lisboa.

Efetivamente, em um documento de 1781, observa-se um fato interessante de ser ressaltado. Em uma carta enviada pelo advogado José da Silva Lisboa, desde Salvador, a Domingos Vandelli, médico e naturalista italiano, nesse momento diretor do Jardim Botânico de Lisboa, em que apresenta a cidade capital da colônia, são mencionados aspectos econômicos, vinculados à exportação de produtos para a metrópole, com destaque, em primeiro lugar para o açúcar, o fumo, madeiras e couros. Mas, também se adiciona:

⁸ Fundo: Projeto Resgate – Biblioteca Nacional Código de Identificação: AHU_ACL_CU_005, Cx. 138, D. 10654 - Coleção: Bahia Avulsos (1604-1828) - Documento: Manuscritos Avulsos Digitalizados 24 de Novembro de 1758 Localidade: Brasil – Baía.

“Requerimento de José Fagundes de Araújo da Câmara e Manuel Mendes da Paixão, moradores em Jaguaripe, ao rei [D. José] solicitando a remessa dos autos para proceder a defesa do uso público das áreas de barro e do manguezal da praia.”

[...] rendas daquelas arias, de q’sempre estiverão de posse, e boa fé, desde q’há Olarias no Jaguar:, que passa de cem, e duzentos annos, [...]”

“He engrossada esta carga com algum pouco de arroz, farinha de pão, coquilho, algodão, **louça de barro**, piassaba para amarras, côcos, ipecacuanha, baunilha, quití, etc.” Ou seja, apesar de não ser um dos produtos principais, a louça da Bahia também era exportada para Portugal” (Arquivo Histórico Ultramarino. Catálogo Castro e Almeida. Sessão Bahia. 18 de outubro de 1781).

Neste sentido, é conveniente remarcar que já existia permissão real para a exportação de cerâmica para Portugal. O pesquisador Carlos José Pereira da Silva, na sua obra “A cerâmica popular na Bahia”, aponta a existência de um alvará régio, de 11 de dezembro de 1756, que autorizava o transporte de louça fabricada “*naquele Estado*” (o Brasil) para o Reino, sem o pagamento de impostos (Pereira, 1957: 31). Desta forma, se reconhece oficialmente a existência de uma atividade de olarias com produção excedente, destinada ao comércio externo, e se incentiva a exportação de louça baiana, ao tempo que se reconhece a qualidade dos produtos, merecedores da isenção de impostos.

Sobre a circulação de produtos, um documento de 1797 proporciona um mapa das mercadorias importadas de Portugal, através das cidades de Porto e Lisboa e as que eram produzidas nas diferentes localidades da baía de Todos os Santos. Nele se compara o Recôncavo com a barra da cidade do Porto, no sentido geográfico e no econômico, por existir uma rede aquática de circulação de produtos regionais e importados que supriam as necessidades dos moradores das crescentes vilas e, obviamente, da capital da colônia. (Arquivo Histórico Ultramarino. Sessão Bahia, Cx. 94. Catálogo Castro e Almeida. 1797).

É importante destacar que, nesse final de século elencam-se a algumas localidades próximas a Jaguaripe, mencionando Estiva, Aldeia, Nazareth, Jacoruna, Capanema, Maragogipe, todas às margens do rio Jaguaripe ou dos seus afluentes. No mesmo documento se mencionam os produtos comercializados entre os que constam “louça vermelha, e vidraça, telha, tijolo” (ibidem).

Um relato do final de 1799 confirma a Vila de Jaguaripe como “célebre” produtora de “louça de barro e vidrada”. Porém, também registra, com certo desalento, que os retornos financeiros não compensam os esforços da produção e que, nesse momento, a carência geral de alimentos era tão

grande que os moradores precisavam se abastecer em povoados como Nazaré das Farinhas e Aldeia (hoje chamada de Aratuípe), distante de algumas dezenas de quilômetros (Arquivo Histórico Ultramarino. Sessão Bahia, Cx. 96. Catálogo Castro e Almeida. 1799).

Além dos documentos manuscritos, existe uma crônica do início do século XIX de Tomas Lindley, comerciante inglês retido na Bahia suspeito de contrabando, que descreve, com agudas observações e sarcásticas interpretações, a vida social baiana, já que, entre uma prisão e outra, lhe foi permitido circular pela cidade, até sua fuga para Inglaterra, em 1803. Lindley escreve, abismado, sobre a movimentação comercial regional, que usava a baía e os rios que desembocam nela, como vias de circulação:

“[...] Oitocentas lanchas e sumacas de vários tamanhos, trazem diariamente sua contribuição para o comércio com a capital: fumo, algodão, drogas diversas, de Cachoeira; **o maior sortimento de louça comum, de Jaguaripe**, óleo de baleia, de Itaparica [...] Uma riqueza desconhecida na Europa, é assim posta em circulação” (Lindley: 1969:171)

98

Com essa afirmação, Lindley inaugura, no século XIX, uma série de narrativas de estrangeiros que visitam a Bahia e que ficam admirados pela movimentação de uma economia dinâmica fortemente vinculada ao Recôncavo, como o francês Jean François Tolenare (1816-18), a inglesa Maria Graham (1821-23), o norteamericano Daniel Kidder (1840) e o alemão Robert Avé Lallement, (1859), por mencionar alguns exemplos.

Mas, alguns problemas surgiram nas olarias de Jaguaripe, nas primeiras décadas do século XIX, que provocariam uma crise na produção e, derivado disso, a pauperização da população. A crise surge como consequência de uma derrama de dinheiro falso. Os proprietários de olarias lamentam-se que teriam sido enganados recebendo essa moeda ilegal, o que redundou no fato que ninguém a aceitasse como pagamento. Desta forma, esses ficaram extremamente empobrecidos, sem recursos nem para comprar os alimentos. (Arquivo Público da Bahia – Seção Colonial / Provincial – Câmara de Jaguaripe – Maço: 1332 – Período: 1832-1838.)

Ademais, revela-se o intransponível e permanente problema do transporte com embarcações até o mercado principal da capital da colônia. Em um documento de 1820, assinado por 32 donos de olarias de louça vidrada (cuja produção é elencada como sendo panelas, tigelas, pinicos almotolias, botijas, bacias, entre outros), expõe-se um quadro de exploração por parte dos “barqueiros” que trariam o chumbo para efetuar o vidrado das peças e que receberiam mercadorias prontas, por preços muito baixos. Para evitar esse estado de coisas, os assinantes assumiram o compromisso de vender suas mercadorias por preços tabelados o que implicaria em não ceder às pressões do atravessador:

“nos obrigamos todos a cada hum dos mesmos de per se, e cada hum a todos a pagar / summaria, e executivamente a quant(ia) de cem mil / reis, por cada vez, que cada hum de / nos em diante, por si, seus escravos, Rendeiros, meiros, ou allugados vender, ou permittir, que se venda nas suas Fabricas, e Ollarias loiça vidrada, seja para o consumo, deste Termo, seja para se embarcar para a Cidade da Bahia, ou para os Portos, e Villas do Recôncavo, por maior, ou menor preço, do que o abaixo especificamente declarado. (Arquivo Público da Bahia – Seção Colonial / Provincial – Câmara de Jaguaripe – Maço: 492).

99

Somam-se a esses inconvenientes, as reiteradas solicitações judiciais dos donos de propriedades agrícolas, que se sentiam prejudicados pelo uso do solo de barro e da lenha do mangue, empregados como matéria prima para as olarias, sem que fossem ressarcidos (Arquivo Histórico da Bahia. Senado da Câmara de Jaguaripe. Maço 492 (período 1805 – 1822). Documentos 1, 2 e 3)

Neste sentido vale a pena analisar a determinação de 1822, do Senado da Câmara e Jaguaripe, através do Desembargador e Juiz de Paz, Manoel Bernardo Ozorio. Diante das queijas dos proprietários de fazendas localizadas nas margens dos rios, atingidas pela atividade extrativista das olarias da região (retirada de terra e corte de lenha do mangue), proíbe que essas sejam realizadas. Evoca medidas punitivas editadas anteriormente, como um alvará de 1760, um aviso de 1812 e um ofício de 1813 (este já do Conde dos Arcos, governador da província), e reatualiza a pena de multa e prisão para quem as desrespeitasse. Ou seja, as medidas protetivas sobre o manguezal não parecem ter sido suficientemente eficazes o tempo todo. Certamente, essa proibição exigiria

providenciar esses materiais essenciais em outros lugares, o que aumentaria, certamente, os custos de fabricação dos produtos cerâmicos.⁹

Precisa de ser ressaltado que esse documento de 1822, até novo achado de outro manuscrito, pode ser considerado o primeiro em que se menciona a existência de um povoado, com nome de Maragogipinho, como um termo da vila de Jaguaripe, junto a uma lista de outros “subúrbios” que estariam sob a sua jurisdição.

A crise mencionada anteriormente, poderia ser uma das causas que teria provocado o início do processo de decadência da produção oleira da Vila de Jaguaripe e, talvez, a emergência de outros centros secundários, como o de Maragogipinho, comportando a concorrência entre essas duas e outros núcleos oleiros das imediações. Ainda, pode ser cogitado que o aumento de centros ceramistas provocasse a necessidade de especialização de Jaguaripe na fabricação de tijolos, telhas e louça vidrada, que manteve até as primeiras décadas do século XX.

100

Nesse sentido os dados desse documento oficial se aproximam às informações que proporciona Seu Almerentino Macário de Souza, oleiro aposentado, considerado por todos como detentor da história da vila. Ele atribui a um português, instalado primeiramente em Jaguaripe, a fundação de Maragogipinho, nas primeiras décadas do século XIX. O objetivo da criação do núcleo de fabricação era ficar mais próximo de Nazaré das Farinhas e de Maragogipe, dois centros de produção de alimentos, onde se realizavam feiras regionais, em que podiam ser comercializados os produtos cerâmicos. Conforme essa versão, absolutamente plausível, haveria um critério estratégico na escolha do lugar da instalação de novas olarias. De fato, essa mudança apontava para um mercado menor, porém, mais seguro, porque não haveria tanta concorrência, e ademais, seria menos ou nada dispendioso em termos de transporte. Efetivamente, os próprios oleiros podiam levar sua produção, diretamente, em canoa, sem atravessadores e em um tempo bem reduzido. Para o final do século XIX, Maragogipinho já tinha ganho um nome e uma posição de destaque. Em 1889, Durval Vieira de Aguiar, na sua obra “Província da Bahia”, em que descreve todas as

⁹ Ibidem.

idades, vilas e povoações baianas, tece comentários acerca de suas atividades econômicas. Com relação a Jaguaripe, Maragogipinho e a região em torno, esse autor relata, de forma sintética, o que seria o panorama sócio econômico:

“Descendo o rio desde Nazaré, encontra-se à direita o canal que conduz ao rio da Aldeia, e antes, à industriosa povoação de Maragogipinho, cheia de olarias onde se fabricam as melhores vasilhas de barro de nosso mercado, como sejam: potes, talhas, bilhas,oringas, quartinhas, copos, panelas, caburés¹⁰, etc, etc., especialmente as talhas de encomenda, pintadas e esculpidas, que são verdadeiros primores da arte. Escusa dizer que esse vasilhame, não vidrado, nos faculta as melhores resfriadeiras naturais até hoje conhecidas”, (Aguiar, 1979:242-243).

Logo a seguir, quando se refere às freguesias que compunham o distrito de Jaguaripe, lamenta o estado em que se encontravam:

“[...] sendo a de Nossa Senhora de Ajuda, elevada a vila em 1694, hoje em perfeita decadência, quase deserta, conservando apenas, como monumento de sua velhice o grande e negro casarão que serve de cadeia e casa de câmara, o qual deita os fundos para o rio.” (Aguiar, ib).

101

Se considerarmos essa apreciação de Aguilar, pode se constatar que para o final do século XIX, Maragogipinho vinha ganhando, aos poucos, reconhecimento e projeção, ao passo que a sede da vila de Jaguaripe decaía progressivamente como centro produtor. Não obstante, seu nome continuará associado à produção oleira e representará a toda a região em torno até o século XX. Por outro lado, Estiva, um arraial que era já mencionado nos documentos desde o século XVIII, que formava parte do território jaguaripense e estava coligado aos pequenos núcleos produtores de cerâmica, também parece se destacar. Essa posição fica evidente quando alguns jornais anunciam a venda de louça, na Cidade Baixa (ou Comércio), de Salvador. Um dos periódicos baianos que foi possível consultar, o *Idade de Ouro*, nas edições dos anos de 1813 a 1818, Estiva é a única localidade mencionada, o que poderia estar representando também mais uma nova frente emergente como polo produtor, conseguindo um mercado que se estenderia a outras regiões do Brasil, já que

¹⁰ Na Bahia o termo caburé designa uma espécie de jarra, com corpo semi-globular, com um pequeno bico e uma alça vertical aderida ao bojo, com vidrado plúmbeo interno. Objetos deste tipo eram ainda utilizados até a década de 1970, na região do Recôncavo, para a preparação do café.

não se tem informações que provem a existência de outras áreas com esse tipo de produção, na Bahia.

O século XIX parece ter sido muito favorável para a comercialização da cerâmica do Recôncavo, transformando-se, as olarias da região de Jaguaripe, em fornecedores nacionais daquela que se deu em chamar “Louça da Bahia” ou, então, “Barro da Bahia”. Assim pode ser atestado pela publicidade dos jornais, na própria cidade de Salvador, no Recife e no Rio de Janeiro. Nessas duas últimas cidades os anúncios são fortemente elucidativos, do destaque dado à sua origem baiana, que, aparentemente, tinha caído no gosto de um público conhecedor. Alguns exemplos permitem corroborar essa tendência.

Nos anos de 1829 e 1830, o Diário de Pernambuco, de Recife, anuncia a venda de duas lojas especializadas em louças da Bahia. Isto quer dizer que esses artigos já estavam consagrados ao ponto de terem, nessa cidade, espaços específicos de comercialização. Desde 1833 a 1858, o mesmo jornal publicita repetidas vezes, nas suas edições, os produtos cerâmicos baianos chegados “proximamente”, isto é, recém chegados. Às vezes são detalhados os tipos de objetos, como as quartas, quartinhas, “*alguidares de gomos dos maiores que há no mercado, e mais barato que em outras partes*” (Diário de Pernambuco, 22/09/1858), ou, então, são classificados genericamente como “*de gostos modernos e vende-se por menos que em outra qualquer parte*” (Diário de Pernambuco 01/06/ 1854).

Por sua vez, no estado do Rio de Janeiro, inúmeras vezes são anunciadas vendas de “louça da Bahia”, desde as primeiras décadas do século XIX. O Diário de Rio de Janeiro, por exemplo, publica em 21 de julho de 1828: “*Anuncio de produtos na rua São José há para vender [...] louça da Bahia, dita branca [...]*”. No mesmo jornal carioca, em 1836 divulga-se que “[...] *vendem-se grandes gamellas, na rua da Lapa do Desterro, loja de louça da Bahia*” (Diário do Rio de Janeiro 13/10/1836). Aqui fica evidente que, assim como em Recife, existiam estabelecimentos especializados em louça proveniente da Bahia ou, talvez, essa origem acabou por definir uma linha de produtos. Como veremos em diferentes anúncios no Jornal do Comércio, também do Rio de Janeiro, mencionavam-se como louça baiana, as gamelas, as quartinhas e os potes de água, sendo

que estes últimos tinham a propriedade de esfriar a temperatura do líquido, em pouco tempo, segundo era anunciado como propaganda no Jornal, e talvez uma das características pelas quais tiveram tanto sucesso:

“que só nelas que se conserva agua fresca, pela boa qualidade de barro, havendo-se experimentado botando-se agua quase morna, e dentro de pouco espaço de tempo fica fresca [...]” (Jornal do Commercio 27/02/1848).

A partir de meados do século XIX, esses potes terão uma novidade que ajudará na retirada da água do recipiente: a adição de uma torneira, na parte inferior do bojo. Esta inovação teve grande sucesso comercial e os potes com esse adminículo perduraram até o século XX. No jornal de Porto Alegre, chamado A Federação, publica-se, em 22/ 07/1885, um leilão de *“louça de barro, sortimento de talhas, com ou sem torneiras, quartinhas da Bahia [...]”*

Em diferentes edições, ao longo do século XIX, do Jornal do Comércio e de outros jornais da cidade do Rio de Janeiro, como o A Marmota da Corte, se publicita a chegada ao mercado da louça ou das quartinhas da Bahia, o que significa que a fama desses produtos era reconhecida por vários veículos impressos. As edições com publicidade permaneceram durante muitas décadas, o que significa que não foi um modismo passageiro. Pelo contrário, aponta para a consolidação de um produto que, com grande popularidade, chega até o século XX, se consideramos que deu nome a um restaurante carioca, justamente o A Louça da Bahia, que propagandeou seus pratos, entre 1901 e 1902 (Jornal do Brasil 23/01/1901).

Cabe ressaltar que o renome dessa louça transcendeu os limites das cidades mais importantes, como Recife e Rio de Janeiro, ou seja, os mercados de maior poder aquisitivo. Ainda no início do século XIX, lê-se no jornal Monitor Campista, do interior do Rio de Janeiro, *“Vendem-se no Porto das Pedras n.138 os gêneros seguintes: tudo recém chegado proximamente da Bahia e do Rio de Janeiro louça da Bahia de várias qualidades [...]”* (Monitor Campista 07/08/1839). Mas tarde esse mesmo jornal anuncia *“Há chegado proximamente na rua Beira Rio n. 324, um completo sortimento de louça da Bahia por preço cômodo [...]”*. Os anúncios nesse jornal reaparecerão,

mais tarde, em diferentes edições. Assim, se noticia, sob a rubrica “Louça da Bahia, Porto e Nacional”, a venda de “talhas, talhinhas, filtros com torneiras, moringas chinesas e da Bahia, para água, ditas estampadas e com flores, copos, etc”. Esse anuncio começa a ser publicado em 14/12/1879 e se repete, com o mesmo teor, até 23/01/1882.

Nos jornais de outros estados brasileiros também se faz referência à louça da Bahia, aparentemente de forma eventual. É o caso do Correio da Vitória, de Espírito Santo, e do jornal Pacotilha, do Maranhão. Do primeiro consta um texto que vai se reeditar em vários dias seguidos, no mês de maio de 1859, e no segundo, só constam anúncios no início da década de 1890. O que é interessante ressaltar, nos dois casos, é que o rótulo Louça da Bahia estava já definitivamente consagrado.

O fato de não terem sido achadas informações jornalísticas sobre a comercialização de louça da Bahia em outras cidades do Império, poderia estar indicando que ela estava destinada a um mercado com um histórico já consolidado no tempo, em que se usava a via marítima para a circulação, já que as cidades mencionadas são todos portos oceânicos ou, pelo menos, localidades fluviais vinculadas estreitamente às atividades marítimas.

Em Salvador, os jornais do século XIX anunciavam a movimentação de mercadorias para outras cidades. O Correio Mercantil e O Commercio noticiam, entre 1839 e 1849 informações da Mesa do Consulado, órgão que registrava a movimentação portuária de mercadorias, a saída de patachos, briques, polacas e lanchas com carregamentos de louça destinados às províncias de Pernambuco, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Os anúncios destacam os artigos embarcados, como “talhas de louça”, “barricas de louça de barro”, “garrafas de barro” “talhas de louça vidrada”, “talhas de louça vermelha”, “talhas de louça vidrada”, “purrões”, “miudezas de barro” e, surpreendentemente, “talhas de louça caboclo”, como anuncia, em 1843, o Correio Mercantil, nos dias 26 (com embarque de 16 talhas) e 27 de setembro (com 10 exemplares), ambos envios com destino a Porto Alegre.

Em resumo, das informações coletadas nos documentos manuscritos dos séculos XVII e XVIII e nos jornais do século XIX apresentados acima, pode se ter uma ideia aproximativa do alcance da

comercialização e circulação de produtos cerâmicos de uso doméstico, desde a origem no Recôncavo baiano até seu destino, em diferentes cidades do império.

Não obstante as lacunas que esse quadro possa oferecer, pode se deduzir, sem sombra de dúvidas, que a produção de cerâmica de Jaguaripe e sua região, era suficientemente grande como para manter ativa uma população que não estava vinculada ao cultivo do açúcar o do fumo, produtos principais que originaram a riqueza do Recôncavo. Pelo que pode se deduzir dos documentos manuscritos, eram pequenos proprietários de olarias, que usavam a mão de obra dos membros da família, apoiados eventualmente, por alguns escravos, que iriam constituir um conjunto social que economicamente não estavam regidos pelas leis de mercado internacional e, portanto, não eram atingidos diretamente pelas suas oscilações.¹¹

As formas de organização do trabalho e as tecnologias de produção fundavam-se em raízes proto industriais portuguesas, mas, ao que tudo indica, sem a proteção das corporações de ofício, já que, para os oleiros, não parecem ter sido documentadas na Bahia.

105

Contudo, foram capazes de constituir, na base de relações de cooperação entre as olarias, na superação de obstáculos legais e de uma logística apropriada, um mercado regional muito bem abastecido. Ademais, foi consolidado um roteiro comercial semi oficial, que funcionava paralelamente aos tradicionais circuitos de produtos de exportação. Esse roteiro de circulação de objetos cerâmicos teve, como pôde ser provado acima, extensão nacional, especialmente na faixa litorânea, e podia chegar, pelo menos em alguns momentos do período colonial, a atravessar o oceano, com destino a Portugal.

Não obstante essa abrangência nacional da circulação de mercadorias, entre o final do século XVIII e uma boa parte do XIX, os donos de olarias formavam parte de um estamento social pouco

¹¹ Em termos de arquitetura civil e religiosa, os próprios núcleos urbanos de Jaguaripe, Maragogipinho e Aratuípe demonstram que nunca houve obras importantes, que denotassem algum tipo de opulência. Salvo Jaguaripe, com sua igreja de Na. Sra. da Ajuda, construída pelos Jesuítas, antes de deixar a missão, e a casa de Câmara e Cadeia, de aspecto muito simples, as demais localidades carecem de testemunhos arquitetônicos significativos, desse período.

favorecido, entregue que estavam às mãos dos atravessadores, facilmente atingíveis por qualquer oscilação do mercado dos produtos principais, açúcar e fumo, e em fricção permanente com os donos de fazendas que combatiam a retirada de barro e de lenha para a queima das louças.

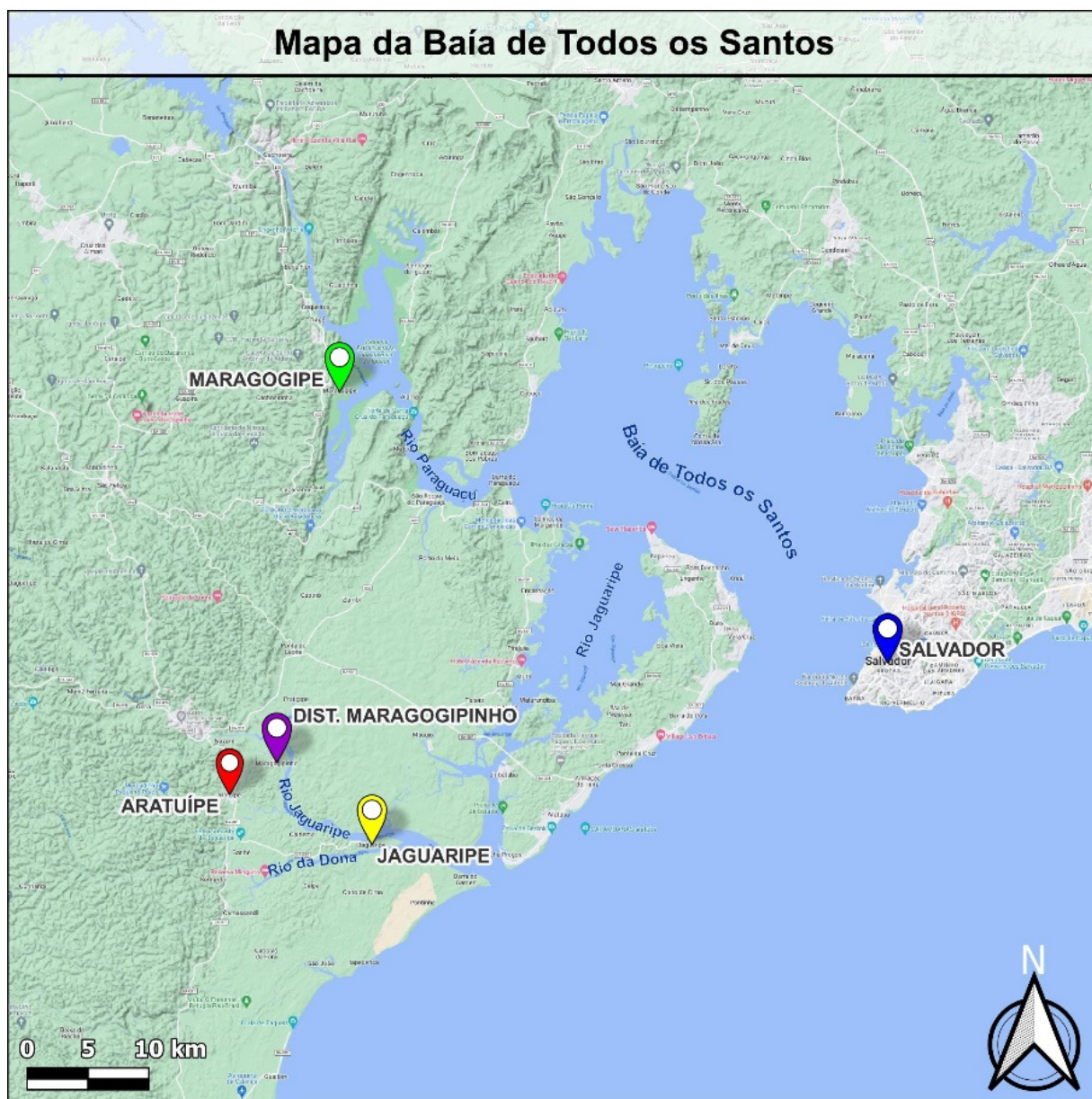


Figura 1. Maragogipinho. Localização dos polos de olaria na região de Jaguaripe. Fonte: Elaborado por Luan Aquino (2023).



Figura 2. Maragogipinho. Vista das olarias desde o rio Jaguaripe. Foto: Carlos Etchevarne (2015).



Figura 3. Maragogipinho, câmara de um forno e pratos empilhados para serem queimados. Foto: Carlos Etchevarne (2015)



Figura 4. Maragogipinho. Pratos esperando secagem, para serem impermeabilizados. Foto: Carlos Etchevarne (2015).



Figura 5. Maragogipinho. Talhas prontas para serem comercializadas. Foto: Carlos Etchevarne (2015).

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Durval Vieira de. *Provincia da Bahia*. Editora Cátedra MEC. Rio de Janeiro. 1979.
- ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. Editora da Universidade de São Paulo/Ed. Itatiaia. 1990. *Coleção Reconquista do Brasil*. Belo Horizonte. 1982.
- AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagens pelas províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe: 1859*. Editora da Universidade de São Paulo/Ed. Itatiaia (*Coleção Reconquista do Brasil*. Nova Série; v. 19.). São Paulo. 1980.
- CARVALHO, J.M. Teixeira de. *A Cerâmica Coimbra Século XVI*. Imprensa da Universidade. Coimbra. 1921.
- ETCHEVARNE, Carlos; BEZERRA, Alvandyr; BARBOSA, Mirta; LABANCA, Marcia. *Ladeira da Barroquinha - Avaliação do Potencial Arqueológico nos Imóveis nº. 02, 04, 06 e 08. Relatório Final*. Salvador/Ba. 2018.
- ETCHEVARNE, Carlos. *O indígena e o colonizador: documentos arqueológicos sobre o contato em Porto Seguro*. Os índios, nós. Pp 29 a 33. Museu de Etnologia. Lisboa. 2000.
- ETCHEVARNE, Carlos. *Sobrevivência de técnicas ceramistas tradicionais no Recôncavo baiano: um registro etnográfico*. Revista *Habitus* N° 1, Vol. 1 N° 1. Instituto Goiano de Pré-história. Goiânia, 2003.
- GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil*. Editora da Universidade de São Paulo/Ed. Itatiaia. 1990. *Coleção Reconquista do Brasil*. 2. Série; v. 157. Belo Horizonte. 1990.
- KIDDER, Daniel Parish. 1815- 1891. *Reminiscências de viagens e permanências nas províncias do Norte do Brasil: compreendendo notícias históricas e geográficas do Império e das diversas províncias*. Editora da Universidade de São Paulo/ Ed. Itatiaia (*Coleção Reconquista do Brasil*. Nova Série; v. 16), Belo Horizonte. 1980.
- LINDLEY, Thomas. *Narrativa de uma Viagem ao Brasil*. Companhia Editora Nacional. São Paulo. 1969.

PEREIRA, Carlos José da Costa. *A Cerâmica Popular da Bahia*. Editora Livraria Progresso. Salvador. 1957.

TOLLENARE, Louis-François de 1780-1853. *Notas dominicaes tomadas durante uma residencia em Portugal e no Brasil nos annos de 1816, 1817 e 1818*.

DOCUMENTOS CITADOS

Arquivo Histórico Ultramarino - Projeto Resgate – Biblioteca Nacional. Código de Identificação: AHU_ACL_CU_005, Cx. 138, D. 10654 - Coleção: Bahia Avulsos (1604-1828) - Documento: Manuscritos Avulsos Digitalizados. 24 de novembro de 1758 Localidade: Brasil – Baía.

Arquivo Histórico Ultramarino. Projeto Resgate – Biblioteca Nacional. Código de Identificação: AHU_ACL_CU_005, Cx. 96\Doc. 18732 (2). Coleção: Bahia Eduardo de Castro e Almeida (1613-1807). Documento: Catalogação Original de Castro e Almeida. Data: 23 de novembro de 1799. Localidade: Baía.

Arquivo Histórico Ultramarino. Projeto Resgate – Biblioteca Nacional. Código de Identificação: AHU_ACL_CU_005, Cx. 94\Doc. 18296 (1). Coleção: Bahia Eduardo de Castro e Almeida (1613-1807). Documento: Catalogação Original de Castro e Almeida. Data: 10 de maio de 1798. Localidade: Baía.

Arquivo Histórico da Bahia. Senado da Câmara de Jaguaripe. Maço 492 (período 1805 – 1822). Documentos 1, 2 e 3.

Fundação Gregório de Matos. Coleção Atas da Câmara de Salvador 2º volume documento datado em 9 de novembro de 1644).

109

Fundação Gregório de Matos. Fundo Atas da Câmara Municipal de Salvador, Coleção Posturas doc. 119.2).

PERIÓDICOS CONSULTADOS

A Federação. Porto Alegre. Ano 1885\Edição 164. 22 de julho de 1885.

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=388653&pasta=ano%20188&pesq=%22Julho%20de%201848%22&pagfis=1711>

Diário de Pernambuco. Recife. Ano 1854\Edição 125. 01 de junho de 1854.

http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_03&pasta=ano%20185&pesq=%22vende-se%20por%20menos%20que%20em%20outra%20qualquer%20parte%22&pagfis=5269

Diário de Pernambuco. Recife. Ano 1858\Edição 216. 22 de setembro de 1858.

http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_03&pasta=ano%20185&pesq=%22alguidares%20de%20gomos%20dos%20maiores%20que%20h%C3%A1%20no%20mercado%22&pagfis=10519

Diário do Rio de Janeiro. Ano 1828\Edição 018. 21 de julho de 1828.

http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=094170_01&pasta=ano%20182&pesq=%22Julho%20de%201828%22&pagfis=9118

Diário do Rio de Janeiro. Ano 1836\Edição 011. 13 de outubro de 1836.

http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=094170_01&pasta=ano%20183&pesq=%22Outubro%20de%201836%22&pagfis=18723

Diário do Rio de Janeiro. Ano 1836\Edição 074. Página 1. 18 de março de 1861.

www.meoria.bn.br

Jornal do Brasil. Rio de Janeiro. Ano 1901\Edição 023. 23 de janeiro de 1901.

http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_02&pasta=ano%20190&pesq=%22Janeiro%20de%201901%22&pagfis=1815

Jornal do Commercio. Rio de Janeiro. Ano 1848\Edição 058. 27 de fevereiro de 1848.

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_03&Pesq=%22conserva%20agua%20fresca%22&pagfis=12095

Idade D'Ouro. Salvador. Ano 1813\Edição 069. Página 9. 27 de agosto de 1813.

www.meoria.bn.br

Idade D'Ouro. Salvador. Ano 1813\Edição 069. Página 4. 15 de maio de 1818.

www.meoria.bn.br

Monitor Campista. Rio de Janeiro. Ano 1839\Edição 108. 07 de agosto de 1839.

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030740&pasta=ano%20183&pesq=%22Agosto%20de%201839%22&pagfis=963>

O Commercio. Rio de Janeiro. Ano 1839\Edição 176. Página 4. 14 de agosto de 1843.

www.memoria.bn.br